

O uso de estatísticas industriais no Brasil: dificuldades metodológicas e operacionais*

Fernando Sarti[†]
Wilson Suzigan[§]

RESUMO

O trabalho avalia a adequabilidade do atual sistema de estatísticas industriais para analisar os complexos fenômenos e transformações em curso na economia e particularmente na indústria brasileira, decorrentes de tendências internacionais, mudanças na política econômica interna, incorporação de novas tecnologias e reestruturações produtivas, organizacionais e gerenciais. Enfatiza-se a importância de ampliar o escopo e a desagregação de indicadores e informações qualitativas para uso de executivos de empresas, *policy makers* e pesquisadores acadêmicos, bem como de revigorar o papel do IBGE, tanto na geração de estatísticas quanto na coordenação de um sistema nacional de informações econômicas com participação de outras instituições públicas e privadas.

Palavras-chave: indicadores, estatísticas, indústria.

ABSTRACT

This communication assesses the adequacy of the present system of industrial statistics for analysing the complex events and changes occurring in the Brazilian economy and particularly in its industry. These events and changes are related to international trends, changes in domestic economic policy, diffusion of new technologies and restructuring of industrial production organization and management. We emphasize the importance of widening the scope and the breakdown of indicators and qualitative information for use by business managers, policy makers and researchers, as well as the need to reinvigorate IBGE's role as both generator of data and coordinator of a national system of economic information integrated by other public and private institutions.

Key words: indicators, statistics, industry.

* Este trabalho foi originalmente apresentado no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais na Sessão Temática Estatísticas Industriais: indústria de transformação e extrativa mineral. Os autores agradecem os comentários e sugestões do Prof. João Furtado, alguns dos quais integralmente incorporados ao trabalho.

† Pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia — NEIT/UNICAMP.

§ Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e coordenador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia — NEIT/UNICAMP.

Introdução

O objetivo deste trabalho é avaliar, sob a ótica do usuário de informações econômicas, algumas das dificuldades metodológicas e operacionais no tratamento de estatísticas industriais fornecidas pelo IBGE e por outras instituições públicas e privadas, bem como apresentar algumas sugestões para a produção de estatísticas industriais. Ao longo do trabalho, procuraremos sustentar a importância da realização de censos econômicos, sobretudo industriais, e o conseqüente fornecimento de estatísticas e informações desagregadas, abrangentes e de natureza estrutural. Isso porque estas informações nunca foram tão necessárias como na atualidade para subsidiar os estudos das profundas e intensas transformações econômicas em curso, especialmente na área industrial. Necessárias mas insuficientes. A complexidade e a simultaneidade dos fenômenos econômicos requerem também um novo conjunto de informações, com destaque para as variáveis qualitativas, cujas atividades de coleta, construção e divulgação exigirão a participação crescente de várias instituições, além do IBGE, reconhecidamente a principal instituição brasileira capacitada para fornecer estatísticas e informações econômicas quantitativas e estruturais com cobertura nacional.

A necessidade de estudos abrangentes sobre a reestruturação industrial brasileira e internacional tem se defrontado com o fato de que as informações industriais de natureza mais estrutural nem sempre estão disponíveis ou são passíveis de serem recuperadas e/ou compatibilizadas com as informações conjunturais mais atualizadas. Esta dificuldade é agravada quando as informações de uma fonte precisam ser cotejadas com informações industriais internacionais ou relacionadas com informações de outra natureza e fonte: comércio exterior, financeiras etc.

O processo de abertura econômica e sua contribuição para algumas tendências econômicas atuais — acirramento da concorrência, *global sourcing*, redes e acordos de cooperação econômica e tecnológica, especialização, maior grau de flexibilidade das estruturas produtivas, desindustrialização, mudanças nos processos de trabalho e desemprego estrutural etc. — tornam fundamentais as comparações internacionais ao nível das empresas, em nível setorial e entre países. A título de ilustração, observa-se que, devido à abertura comercial, muito tem se falado recentemente sobre “Custo Brasil” e, no entanto, o que se constata é a inexistência de informações confiáveis, sistemáticas e atualizadas sobre estrutura tarifária; carga tributária; custos de serviços portuários; tarifas de transporte e de comunicação; benefícios e custos trabalhistas; margens de lucro; diferenciais de produtividade; defasagens cambiais, entre outros, no Brasil em comparação com outros países.

Informações industriais: atributos e problemas metodológicos

A construção de indicadores pauta-se por alguns critérios como a relevância e clareza do indicador, de um lado, e a disponibilidade — imediata ou próxima — de informações, de outro.

Isto implica que em várias situações a opção recai sobre a utilização de indicadores simples, em detrimento de indicadores mais complexos, de construção demorada e possivelmente custosa. O que significa afirmar que o maior e melhor dos aperfeiçoamentos, por mais importante que seja, muitas vezes não compensa a perda de comparabilidade temporal.

A maior disponibilidade, atualização e regularidade (sistematicidade) de informações simples e diretas possibilita o monitoramento sistemático e atualizado (comparabilidade) de alguns fenômenos econômicos, sendo, portanto, de extrema utilidade. Aliás, dadas as diferentes filiações teóricas dos usuários de informações econômicas, bem como as diferentes demandas e objetivos do uso da informação — a do executivo preocupado em definir as estratégias da empresa, a do *policy-maker* responsável pelas políticas públicas, ou a do pesquisador ocupado em aplicar conceitos e teorias — é mesmo aconselhável que algumas informações sejam apresentadas na forma mais simples possível (evolução recente e perspectivas quanto a salários, emprego, vendas no mercado doméstico e externo, faturamento total, volume físico de produção, horas trabalhadas ou pagas etc.), cabendo ao usuário a construção de indicadores compostos mais complexos e adequados à sua análise. Não cabe, portanto, às instituições responsáveis pela produção de estatísticas industriais limitar ou ampliar o número de variáveis, ou mudar a natureza das mesmas, para atender a um (ou a um grupo de) fenômeno industrial específico.

Os indicadores e variáveis quando analisados isoladamente dificilmente permitem conclusões definitivas, podendo até levar a diagnósticos equivocados. Portanto, a tendência é a de se privilegiar as *análises multidimensionais*. Além disso, as dificuldades metodológicas, impedindo muitas vezes a construção de indicadores mais sofisticados, fortalecem esta opção. Neste sentido, seria preferível a análise simultânea de vários indicadores simples a de um único indicador complexo.

E, o que é mais importante, a simultaneidade de fenômenos econômicos, aludida na seção anterior, cria condições propícias para equívocos analíticos. Estes, em grande parte, decorrem do fato de que os recortes tradicionais — caracteristicamente setoriais — terminam por captar uma realidade específica, a partir da qual se estabelecem tentações generalizadoras que nem sempre são consideradas com a devida prudência. Certamente os impactos de uma abertura comercial no Brasil sobre o setor automobilístico, composto unicamente por grandes empresas estrangeiras que atuam como um oligopólio mundial, serão, por um lado, mais assemelhados entre as diversas empresas, e, por outro, necessariamente diferentes daqueles observados sobre setores mais heterogêneos e que na média caracterizam-se por uma atuação mais restrita e menos internacionalizada, como são os casos do setor de autopeças, brinquedos e têxtil. Nesse caso, análises dos benefícios e desvantagens de uma abertura comercial deveriam levar em conta as especificidades intra e inter-setoriais: a estrutura de composição do setor quanto ao tamanho, origem de capital, concentração, geração e difusão tecnológicas etc.

As divergências entre as análises de um fenômeno econômico (grau de competitividade, grau de especialização, grau de concentração econômica, grau de desindustrialização etc.) concentram-se, sobretudo, nas análises de caráter parcial, ou seja, construídas a partir de um único indicador ou de um número limitado deles. Mas também nas análises multidimensionais, que utilizam um número mais amplo de indicadores, observa-se comumente a existência de *trade-offs* entre os próprios indicadores, sobretudo quando expressam dimensões diferentes, como os desempenhos produtivo e comercial. Este é o caso de uma possível divergência que pode ocorrer entre os indicadores de qualidade total (no processo de produção) e de preço de um produto. As análises geralmente apontam para uma relação inversa entre esses dois fatores. Entretanto, relações diretas entre as duas variáveis podem se constituir em estratégias para adequar os produtos à estrutura de renda, de consumo ou de mercado (ECIB, 1994).

No entanto, alguns dos recentes fenômenos econômicos — globalização, regionalização, estratégias empresariais de especialização, de terceirização produtiva, de associação entre produtores e fornecedores etc. — não apenas requerem análises mais aprofundadas e, portanto, indicadores mais sofisticados (e, por isso mesmo, com menor grau de atualização), como também demandam indicadores novos, reduzindo ou eliminando a possibilidade de comparabilidade temporal dos indicadores. A sofisticação pode estar relacionada ao maior grau de desagregação (empresas, setorial, regional etc.) ou ao tratamento conferido às variáveis.

Segundo o ECIB (1994), um sistema de monitoramento da competitividade poderia ser realizado a partir de um conjunto de indicadores — subdivididos em três grandes grupos: de capacitação, de desempenho e de eficiência; e em três diferentes níveis: empresarial, estrutural e sistêmico. Tal monitoramento seria bastante abrangente e ao mesmo tempo operacional, levando em conta o grau de complexidade e de diversidade com que o conceito e o fenômeno da competitividade é tratado e utilizado na literatura e por organismos governamentais e privados, nacionais e internacionais.

Um outro grupo de dificuldades com que se defrontam os pesquisadores na área industrial está centrado nos procedimentos metodológicos para a coleta e divulgação das informações e dizem respeito:

- a) à periodicidade inadequada de algumas variáveis. Por exemplo, o valor do investimento industrial desagregado por setores (gêneros industriais do IBGE) são quinqüenais¹ ;

¹ Outras fontes alternativas apresentam limitações de desagregação (indicadores de formação bruta de capital fixo subdivididos em máquinas e equipamentos nacionais e importados e construção), de abrangência (valor dos investimentos fornecidos pela Sondagem Conjuntural da Conjuntura Econômica da FGV) e/ou de comparabilidade (informações fornecidas diretamente pelos balanços e relatórios de empresas e associações empresariais)

- b) à defasagem na divulgação das informações coletadas. O Censo Industrial de 1985 tornou-se disponível apenas a partir de 1990;
- c) ao grau de desatualização das informações. Algumas das últimas fontes básicas de informação industrial, como são os casos da Matriz de Relações Intersectoriais² e do Censo Industrial, ambas publicadas pelo IBGE, datam de 1990 e 1985. Um estudo das relações tecnológicas e econômicas entre produtores, fornecedores e usuários não seria possível sem a construção de indicadores de capacitação (tratados adiante) e, sobretudo, sem uma matriz tecnológica e de insumo-produto. No caso da primeira, o estudo esbarraria na inexistência de uma versão atualizada da Matriz de Relações Intersectoriais (MRI) do IBGE.
- d) ao grau de desagregação das informações e de classificação das atividades. O grau de desagregação (e também a periodicidade e a defasagem na divulgação) com que se tem acesso às informações industriais é de suma importância quando se pretende construir (ou comparar) indicadores compostos que utilizam outras informações de fontes e naturezas diferentes: exportação e importação, preço, produtividade etc. As informações da PIM-PF e da PIM-DG, ambas publicadas pelo IBGE, embora apresentem um maior grau de atualização, possuem um inadequado nível de desagregação (gêneros industriais ou 2 dígitos IBGE). A incompatibilidade das informações obriga, em muitos casos, à construção e utilização de indicadores com menor poder explicativo em detrimento de indicadores mais sofisticados. Além disso, a construção de indicadores setoriais, ou ainda, a construção de indicadores com o maior grau de desagregação possível (em nível de empresas) é, mais do que desejável, fundamental, pois permite monitorar o grau e a evolução da heterogeneidade setorial/empresarial. Exemplos importantes de análises desagregadas são aquelas referidas aos processos de estagnação nos anos 80 e o de reestruturação e/ou de recuperação nos anos 90, dados os desempenhos não-lineares dos setores industriais.

Nenhuma instituição possui uma caracterização mais rigorosa de produto e de processo industrial do que o IBGE. Exatamente por isso é que, a partir de uma definição mais atualizada desses elementos, é possível subsidiar as análises das estratégias empresariais de especialização, desverticalização, criação ou eliminação de novas linhas de produto e de processos de produção, de aumento de participação dos insumos e componentes importados, bem como dos ganhos ou perdas relacionadas às (des)economias de escala e escopo etc. Evidentemente, essas

² No Encontro Nacional promovido pelo IBGE, o órgão apresentou ao público sua nova Matriz de Insumo-Produto de 1990. À diferença das anteriores, a matriz não foi construída a partir de informações censitárias e sim de informações geradas para o acompanhamento das Contas Nacionais, portanto a partir de bases amostrais. A matriz de insumo-produto do Brasil para 1985 não foi divulgada publicamente, estando disponível apenas em meio magnético.

informações poderiam beneficiar-se muito do cadastro que relaciona estabelecimento e empresa, assim como avançar para a constituição de um cadastro de grupo econômico.

Vários estudos e linhas de pesquisa têm elegido os grupos econômicos e suas empresas como objeto prioritário de análise do processo de reestruturação e de elaboração das estratégias industriais. Tais estudos requerem informações ainda mais desagregadas que as setoriais, além de uma gama maior de informações qualitativas e com maior grau de subjetividade. A atualização constante dos resultados de estudos desta natureza exige a sistematicidade de novas informações como aquelas fornecidas pelas publicações mensais da OCDE: *Main Economic Indicators* e *Leading Indicators and Business Surveys*: avaliação quanto ao nível (acima, abaixo ou normal) de produção, de utilização da capacidade produtiva instalada, dos pedidos (em carteira), de venda doméstica e externa, de emprego etc., no período corrente, e quanto às perspectivas empresariais em relação à produção, vendas doméstica e externa, encomendas e níveis de estoque (totais, de bens de consumo duráveis e não-duráveis, de bens intermediários), de produção e de emprego etc. Outras variáveis qualitativas como o grau de endividamento (nível corrente e perspectivas) e o acesso a linhas de financiamento para produção, vendas e investimentos permitiriam verificar em que medida as dimensões financeiras afetam o desempenho das empresas.

A identificação de desempenhos diferenciados entre os setores e empresas requer, além das informações setoriais e empresariais, também, desagregações regionais. Estudos mais recentes sobre os determinantes e efeitos do deslocamento de empresas de tradicionais centros industriais, como o Estado de São Paulo, para novos pólos de desenvolvimento emergentes, como a região nordeste do país, têm concentrado elevados esforços. Porque envolve questões cruciais e polêmicas, como a criação de postos de emprego em uma região em detrimento de outra, a partir da concessão de volumosos recursos e benefícios fiscais, é fundamental que a geração de informações (incentivos fiscais, faturamento, emprego, exportações, importações de insumos por empresas) se pautem por critérios transparentes (como o livre acesso à metodologia utilizada para a coleta e divulgação das informações), assegurando a qualidade e a confiabilidade das informações fornecidas.

- e) ao grau de comparabilidade. As principais fontes nacionais de estatísticas industriais — IBGE, FIESP e SEADE — não fornecem informações diretamente compatíveis com as principais fontes internacionais — OCDE (*Main Economic Indicators, Indicators of Industrial Activity, Industrial Structure Statistics*); Banco Mundial (*Industrial Statistics Yearbook: “International Standard Industrial — Classification of all Economic Activities”* e “*Commodity Production Statistics*”); FMI, anuário do Departamento de Comércio dos EUA (*U.S. Industry Outlook*), além da própria CEPAL. Atualmente, uma compatibilização das informações 2, 3 ou 6 dígitos do Censo Industrial IBGE com as informações 2, 3 e 4 dígitos da

International Standard Industrial Classification (ISIC) envolve algumas dificuldades metodológicas. Outro exemplo da dificuldade de compatibilização entre variáveis e indicadores nacionais está na construção de indicadores de vantagem comparativa mais sofisticados, que utilizam variáveis específicas do país e/ou setor, como o valor da produção setorial, e as de comércio exterior. As informações industriais do IBGE (tanto dos censos industriais quanto das PIM-DG e PIM-PF) não são diretamente comparáveis com as informações de comércio exterior — produtos (10 dígitos), capítulos (2 dígitos) e seções — da Nomenclatura Brasileira de Mercadoria (NBM) ou da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

- f) ao conjunto insuficiente de informações industriais de uma mesma fonte ou não. No caso do IBGE, não são construídos índices (anuais ou semestrais) para o investimento industrial, para níveis ou valores de estoque, nem para o nível de utilização da capacidade produtiva, entre outros. O investimento industrial é uma variável chave para o mapeamento das principais transformações ocorridas e em curso na indústria nacional e internacional. A inexistência de fontes para a constituição de uma série abrangente e sistemática que permita os seguintes recortes: volume de investimento, tipo de investimento (modernização, implantação ou ampliação), e investimento setorial implica a utilização de indicadores com menor capacidade explicativa (por exemplo, a participação da formação bruta de capital fixo — construção, máquinas e equipamentos — no produto interno bruto) e de indicadores quantitativos ou qualitativos específicos (produção e importação de bens de capital, variação no grau de utilização da capacidade produtiva instalada *vis-a-vis* a variação da produção, montante de recursos liberados para o financiamento de investimentos produtivos por fontes oficiais como o BNDES e o Banco Mundial ou privadas etc.). O fato de que as pesquisas industriais do IBGE são realizadas ao nível dos estabelecimentos e as decisões de investimento são decisões de empresa ou de grupo econômico dificulta a construção de indicadores de investimento. Esse é mais um argumento favorável à elaboração de cadastros de empresas (ou grupos econômicos), como já sugerido. Além disso, alguns indicadores de investimento poderiam ser elaborados na forma de indicadores qualitativos.

Outro grupo importante de informações industriais, o dos indicadores de capacitação, não é fornecido por nenhuma fonte nacional, pelo menos não de modo a atender alguns requisitos essenciais: sistematicidade, atualização e comparabilidade. Esses indicadores podem ser entendidos como representativos de fatores que atuam direta ou indiretamente sobre o processo de produção e de comercialização, em diferentes dimensões — tecnológica, ambiental, mercadológica etc. -, capacitando os agentes econômicos (empresas), o conjunto destes (setores, indústrias) ou o país, a produzir com maior eficiência e/ou melhorar o desempenho comercial. Alguns exemplos seriam os indicadores de gastos — públicos e privados — em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e em infra-estrutura educacional em valores absolutos e em relação ao produto interno bruto (PIB) e em relação aos produtos setoriais; gastos com compra ou licenciamento de tecnologia estrangeira;

grau de difusão de automação industrial; controle da qualidade de produtos e processos; prazos de entrega; números de patentes solicitadas e concedidas por setor, origem de capital e tamanho das empresas; idade dos equipamentos; gastos em treinamento de recursos humanos em relação ao faturamento; pessoal ocupado em atividades de P&D, por nível de instrução etc.

Um outro indicador fundamental para a discussão do grau e da evolução da competitividade industrial é o índice de custo produtivo industrial setorial. Este índice pode ser construído e aperfeiçoado a partir da matriz de insumo-produto — que forneceria a estrutura de custo inicial (infelizmente desatualizada) — e complementado a partir da evolução dos índices de preços industriais no atacado dos principais insumos industriais (nacionais e importados), dos salários e encargos sociais, dos preços dos serviços e das tarifas/preços públicos (principalmente energia elétrica e combustíveis) e privados.

A produtividade é outro indicador fundamental para a discussão do grau e da evolução da competitividade industrial, sobretudo com atualização e desagregação setorial e regional. Os diferentes conceitos e metodologias utilizados para a construção e análise desse indicador requerem uma gama de variáveis compatíveis entre si e com as variáveis internacionais. No numerador: valor da transformação industrial (valor agregado), vendas (faturamento), valor da produção e produção física (índice ou volume). No denominador: pessoal ocupado (total ou ligado à produção), horas trabalhadas e horas pagas. A evolução setorial da produtividade também tem merecido maior atenção por parte de especialistas e usuários de informações. Além de ser utilizada de forma complementar a outros indicadores, como a evolução do custo da mão-de-obra, a produtividade setorial tem sido utilizada para monitorar o grau de heterogeneidade da estrutura produtiva e a capacidade de resposta dos setores frente às diversas conjunturas econômicas dos últimos anos, especialmente em relação à abertura comercial. Vários trabalhos empíricos têm se ocupado de construir e analisar, partindo de diferentes metodologias, a evolução da produtividade. Alguns trabalhos, priorizaram as comparações internacionais, ainda que a um nível de análise mais agregado, outros buscaram apontar as diferenças setoriais e/ou regionais.

Fontes alternativas de informações industriais

Algumas análises setoriais e/ou específicas mais aprofundadas requerem um maior detalhamento dos indicadores, nem sempre possível de realizar-se de forma sistemática e abrangente por instituições públicas como o IBGE e a SEADE, até porque a coleta de informações e a elaboração destes “indicadores específicos” tenderiam a ser onerosas demais. Este é o caso de alguns indicadores de competitividade de caráter “específico” sugeridos nos estudos setoriais desenvolvidos no âmbito do ECIB (1994), adequados *exclusivamente* para avaliar a competitividade em um

determinado setor/empresa (consumo de energia elétrica ou térmica na produção física de pelotas para o setor de metalurgia dos não-ferrosos; ou a participação relativa do número de placas e componentes montados automaticamente no total, para o setor de bens eletrônicos de consumo).

Também nos casos de informações qualitativas muito específicas, mais diretamente ligadas às empresas e com maior grau de subjetividade, envolvendo expectativas dos agentes com relação a fenômenos econômicos (avaliações do nível corrente e das perspectivas futuras de produção, de utilização da capacidade, de venda doméstica ou externa, de estoque, de emprego etc.) e com relação a determinantes de decisões econômicas cruciais como o investimento (perspectivas, volume, destinação), seria adequado que a coleta das informações e o cálculo dos indicadores fossem responsabilidade de instituições não-governamentais (entidades empresariais ou de trabalhadores). Entretanto, é necessário total transparência e divulgação da metodologia utilizada, bem como um acesso amplo e irrestrito às informações, evidentemente, desde que não firam os direitos de sigilo das empresas.

Como o IBGE deverá ser necessariamente acompanhado de outras instituições na coleta de informações e construção de indicadores industriais, é fundamental que as entidades encarregadas da geração de estatísticas desenvolvam um esforço conjunto de compatibilização das bases amostrais, dos registros cadastrais (níveis de agregação), da periodicidade de coleta e defasagem de divulgação, com que são realizadas as pesquisas, ou seja, uma maior sistematização metodológica. A heterogeneidade das fontes e, portanto, dos procedimentos metodológicos torna fundamental a existência de um órgão responsável pela coordenação de um sistema nacional de informações econômicas, atividade essa que o IBGE poderia desempenhar com total competência e agilidade. Ou seja, além de ser o principal órgão responsável pela elaboração de informações econômicas, seria também o coordenador técnico do processo descentralizado de geração de informações por agentes privados e demais instituições públicas. Revigorar o IBGE constitui, portanto, tarefa da mais absoluta prioridade para tornar viável a implantação gradual do sistema aqui proposto (ver a propósito, ECIB, 1994).

Comentários finais

A velocidade e a intensidade das transformações econômicas em curso no Brasil e na economia mundial exigem informações mais amplas e complexas para sua avaliação. Um maior, mais rápido, mais qualitativo e confiável volume de informações é um fator importante para subsidiar os trabalhos de pesquisa e consultoria na área acadêmica e um fator decisivo e indispensável para as tomadas de decisões por parte de *policy-makers* e gestores de empresas. Para o país, é fundamental alimentar e ter acesso a redes de informação globalizadas, evitando o risco de marginalização e

exclusão. É nesse contexto que se insere a discussão, do ponto de vista do usuário, das dificuldades e carências na utilização das estatísticas e informações industriais e, portanto, das propostas de aperfeiçoamento e ampliação do sistema de estatísticas.

No caso dos tomadores de decisões, sejam públicos ou privados, tende-se a privilegiar as informações conjunturais e recentes, dado o próprio conteúdo informacional necessário e desejado e o objetivo do uso da informação, capacitando esses agentes a anteciparem-se em relação às tendências dos fenômenos econômicos tratados. Nesse caso, a economia de tempo e a redistribuição de tarefas e atividades, o aumento das oportunidades de negócios, o melhor monitoramento do mercado e de suas tendências são os principais benefícios buscados por maiores e mais ágeis trocas de informações; mesmo que às vezes ao custo de uma menor confiabilidade e/ou aprofundamento analítico das informações e estatísticas.

A demanda crescente de um número também cada vez maior de usuários por informações e estatísticas industriais de natureza basicamente conjuntural não deveria excluir a possibilidade de coleta, compilação e divulgação de informações de caráter mais estrutural e que, por isso mesmo, têm usuários menos numerosos e mais específicos, fundamentalmente ligados aos centros de geração e difusão de conhecimento, como são os casos das universidades e centros de pesquisa públicos e privados. A construção de séries históricas de informações e estatísticas com maiores graus de desagregação, especificidade, abrangência, comparabilidade e consistência capacita seus usuários a aprofundarem as análises dos fenômenos econômicos tratados, sejam atuais ou não, até porque mesmo fatos econômicos mais recentes, desconhecidos e que provocam rupturas, podem ter determinantes ou condicionantes relacionados ao passado.

A implementação das sugestões aqui propostas, em que pesem as dificuldades — sobretudo financeiras — do Estado brasileiro, traz implícita a necessidade de revigorar as instituições públicas responsáveis pela elaboração e difusão de informações econômicas, em especial o IBGE, a quem caberia o duplo papel de principal gerador de estatísticas econômicas e de coordenador de um sistema nacional de informações econômicas, que necessariamente deverá contar com a participação de outras instituições, inclusive de natureza privada.

Referências bibliográficas

- BANCO MUNDIAL. *Industrial Statistics Yearbook*. v. 1 — *International Standard Industrial Classification of all Economic Activities*. v. 2 — *Commodity Production Statistics*.
- BONELLI, R. Produtividade Industrial nos anos 90: controvérsias e quase-fatos. Ipea, mimeo, 1996.
- ECIB. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*. Orgs. L. Coutinho & J.C. Ferraz. Ed. Papirus, 1994.
- FGV. *Conjuntura Econômica*. vários números.
- IBGE. *Matriz de Insumo-Produto — Brasil 1990*. Rio de Janeiro, 1996.
- IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil — Séries Econômicas, Demográficas e Sociais 1550 a 1988*. 2ª ed., 1990.
- IBGE. Indicadores Conjunturais da Indústria. Pesquisa Industrial Mensal. Vários números.
- IBGE. *Matriz de Insumo-Produto — 1980. Textos para Discussão n.14 do IBGE*, maio 1989.
- OCDE. *Main Economic Indicators*. Vários números.
- OCDE. *Indicators of Industrial Activity*. Vários números.
- OCDE. *Industrial Structure Statistics*. Vários números.
- OCDE. *Historical Statistics*. Vários números.

